

BECKETT, LINGUISTA DE BENVENISTE ¹

Dany-Robert Dufour
Tradução de *Silvana Silva*²

Resumo: A presente tradução de artigo do filósofo francês Dany-Robert Dufour visa apresentar uma possibilidade de prospecção da teoria benvenistiana ao estudioso da linguística da enunciação: a confluência entre a configuração de problemáticas trazidas por alguns autores literários e problemas políticos cruciais no século XX, entre eles, o lugar do sujeito na Democracia. O artigo de Dufour, bastante conhecido no Brasil por seu livro *Os mistérios da Trindade*, explora a ilusória proximidade da célebre fórmula de Benveniste, ‘é “ego” que diz ego’, presente no texto *Da subjetividade na linguagem* (PLG I) e a fórmula “eu é um outro”, de Rimbaud, referida por Benveniste no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (PLG I). é descortinando esse “novo” sujeito que Dufour considera a linguística de Benveniste à luz da obra teatral de Samuel Beckett para reivindicar um lugar para a linguagem no horizonte epistemológico da Modernidade.

Palavras-chave: Benveniste; Beckett; modernidade.

Résumé: La présente traduction vise à présenter une possibilité de prospection de la théorie benvenistienne au spécialiste de la linguistique de l'énonciation: la confluence entre la configuration des problèmes apportées par certains auteurs littéraires et des problèmes politiques cruciaux au XXe siècle, parmi lesquels la place du sujet dans la Démocratie. L'article du philosophe Dany-Robert Dufour, bien connu au Brésil pour son livre *Les Mystères de la Trinité*, explore la proximité illusoire de la célèbre formule de Benveniste, `` c'est l'ego qui dit l'ego ", présent dans le texte *De la subjectivité dans le langage* (PLG I) et la formule «Je est un autre», de Rimbaud, mentionnée par Benveniste dans le texte *Structure des relations de personne dans le verbe* (PLG I). C'est en considérant ce nouveau sujet que Dufour envisage la linguistique de Benveniste à la lumière du travail de Samuel Beckett pour revendiquer une place du langage dans l'horizon épistémologique de la modernité.

Mots-clés: Benveniste; Beckett; modernité.

Introdução e comentários

A presente tradução de artigo do filósofo francês Dany-Robert Dufour visa apresentar uma possibilidade de prospecção da teoria benvenistiana ao estudioso da linguística da enunciação: a confluência entre a configuração de problemáticas trazidas por alguns autores literários e problemas políticos cruciais no século XX, entre eles, o lugar do sujeito na Democracia.

¹ Publicado originalmente em: Revue *Textuel* (publication de l'U.F.R. L.A.C. Lettres, Arts, Cinéma, Université Paris-Diderot), Premier semestre 2004, sob o título “Beckett, linguiste de Benveniste”. Agradecemos ao Professor Dany Robert Dufour pela autorização da presente tradução.

² Professora Adjunta da área de Língua Portuguesa e Linguística da UFRGS. Docente Permanente do PPG- Letras-UFRGS. Atua no Curso de Letras da universidade. Pesquisa os seguintes temas: ensino de escrita, linguística da enunciação, epistemologia da linguística.

O artigo de Dufour, bastante conhecido no Brasil por seu livro *Os mistérios da Trindade*, explora a ilusória proximidade da célebre fórmula de Benveniste, ‘é “ego” que diz ego’, presente no texto *Da subjetividade na linguagem* (PLG I) e a fórmula “eu é um outro”, de Rimbaud, referida por Benveniste no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (PLG I). De fato, Dufour aproxima a fórmula benvenistiana da auto-referência a uma fórmula presente em uma carta do poeta Rimbaud, mas principalmente de uma fórmula construída na trilogia pós-guerra do escritor Samuel Beckett, analisando especialmente o protagonista do livro *Molloy* - segundo da trilogia - como resultado de um sujeito atravessado pelo fracasso da ligação do homem com a religião, a nação e a raça. Assim, a comparação entre o texto do linguista e os respectivos textos poético e teatral servem a um propósito mais amplo para o filósofo: demonstrar os deslocamentos da auto-referência e do sujeito ao longo do século XX.

Além disso, é descortinando esse “novo” sujeito que Dufour considera a linguística de Benveniste à luz da obra teatral de Samuel Beckett para reivindicar um lugar para a linguagem no horizonte epistemológico da Modernidade.

Tradução

Sabemos por Julia Kristeva que Benveniste teria confessado, no momento de sua morte, que ele levava em consideração somente dois grandes linguistas franceses, Artaud e Mallarmé³. O linguista, em suma, teria baixado as armas diante do poeta. Certamente, o compreendemos. Sabemos que ninguém redefiniu tanto a língua, a métrica, o ritmo, o poema e o Livro do que Mallarmé. Quanto a Artaud linguista, sabemos que ele precisou inventar uma língua, isto é, “preferiu tornar-se louco” do que pecar contra o que ele concebia como “uma certa ideia superior de honra humana” (XIII, 17). A honra humana era para Artaud não se deixar “enfeitiçar”, notadamente por Deus. Estranha aliança, se pensamos sobre isso, entre o mais razoável dos linguistas e o mais louco dos poetas. Mas essa união não é assim tão chocante quanto ela possa parecer: Benveniste, ele mesmo, viu perfeitamente surgir uma mutação decisiva na condição do sujeito falante. Não direi por meias palavras, e sim cruamente que Benveniste transferiu ao simples sujeito falante a definição anteriormente reservada a Deus – o que talvez não é tão chocante quando sabemos que Benveniste fez seus estudos na Escola rabínica (de Paris) antes de se tornar o linguista que conhecemos⁴. Foi, com efeito, Benveniste, após a Segunda Guerra Mundial, quem definiu o sujeito falante pela fórmula “é eu que diz eu”⁵. Ora, ainda que Benveniste não faça nenhuma alusão a tal na sua obra, essa fórmula parece decalcada da antiga definição pela qual Deus através de Moisés se nomeava e se apresentava aos homens: veja-se o famoso “*Ehyeh ascher ehyeh*” do Êxodo III 14. Traduza isso em francês

³ Proposição relatada por Julia Kristeva no seu artigo “Mémoires” em *L’infini*, n. 1, 1983.

⁴ Encontramos algumas indicações bibliográficas sobre Benveniste em J-C.Milner, *Le périple structural*, Seuil, Paris, 2002, Benveniste II”, p. 101 et sq. Milner, ele mesmo, se refere a um artigo de Françoise Bader, “Une anamnèse d’E. Benveniste” in *Incontri Linguistici*, 22, 1999, p. 11-55.

⁵ Nota do Tradutor: Dufour não faz citação direta do texto de Benveniste. Em *Da subjetividade da linguagem*, Benveniste escreve: “é “ego” que diz ego” (tradução brasileira, Editora Pontes). No original, lemos “Est “ego” qui dit ego” (PLG I). Dufour analisa no artigo as ressonâncias intertextuais entre a formulação da frase benvenistiana e a formulação da Bíblia. Cabe à crítica e a linguística da enunciação avaliar se essa abordagem “sintática”, “esquemática” ou simplesmente “hipertextual” faz juz ao rigor do pensamento de um linguista tão ocupado de sua própria escrita.

como quiser (não quero discutir essa questão), mas sobretudo faça ouvir duas vezes o equivalente de *ehyeh* (isto é, o verbo *hayah*, “ser” ou “tornar-se”, na primeira pessoa do singular desse tempo do hebreu que se chamava incompleto). Me apegarei à tradução, mais corrente, “Eu sou aquele que sou”, e comentarei que Benveniste, em suma, *atribuiu ao simples sujeito falante a definição auto-referencial antigamente acordada a Deus*⁶. Essa transferência de definição deveria ter agitado os espíritos. Foi provavelmente muito impressionante para ter sido percebida.

Essa fórmula inédita, de uma simplicidade verdadeiramente bíblica, para definir o sujeito falante, “é eu que diz eu”, parece bem elementar, mas não podemos nos fiar nisso. Observamos sem qualquer dificuldade que se trata de uma fórmula de estilo auto-referencial, isto é, uma proposição na qual o predicado consiste em uma retomada do sujeito, onde o *eu* se encontra definido por ele mesmo. Chamei “unário” esse tipo de definição que sempre muito interessou os filósofos. Desde Aristóteles até Russel, passando por Kant e Hegel. Poderei falar do julgamento analítico em Kant, que é a relação na qual o predicado pertence ao sujeito. Mas não tenho tanto tempo senão o de me ater a Hegel, notadamente ao que ele escreve na quarta parte do *Prefácio à Fenomenologia do Espírito*. Ele indica nesse trecho que, na proposição filosófica, a diferença entre o sujeito e o predicado deve ser mantida (o que essa fórmula não faz). Senão, acontecem coisas muito estranhas tais como as seguintes: o pensamento “no lugar de continuar a avançar na passagem do sujeito ao predicado (...) se sente freado”, “ele perde o firme terreno e o solo objectal que ele tinha no sujeito, ele é retomado no predicado, e volta no sujeito do conteúdo”⁷. Nessa quarta parte, Hegel explora justamente esse mundo, o mundo do Um, dividido nele mesmo’ que se manifesta por um “movimento tautológico” que se reporta ao nível da compreensão mesma: encontramos-nos diante de uma explicação que não somente não explica nada, mas que é mesmo tão clara que, desde que ela se dispõe a dizer alguma coisa do que já foi dito, ela não diz ao contrário de nada, mas se contenta em repetir incessantemente a mesma coisa. Hegel percebeu que essas proposições fazem entrar em um ‘mundo invertido’ onde - eu cito - “o outro é o *em si*”, onde “o que é açucarado ao gosto (...) seria azedo”, onde “o pólo Norte sobre a bússola real do fenômeno seria o pólo Sul no ser *interno*”, e onde “o idêntico é não idêntico a si, e o não-idêntico, idêntico a si”. Entramos aí em um “mundo às avessas” onde os “termos são desdobrados”.

Que esse tipo de definição se aplique a Deus, isto é – digamos – o mínimo divino requisitado, porque Deus é o único ser capaz de assumir esse tipo de definições em forma de antilogias ou oxímoros. Elas fazem, por exemplo, com que Deus possa se revelar ao se dissimular (o que descreve o famoso *tzimtzum* da Kabala, que remete ao momento onde a pluralidade emerge da unidade absoluta). Mas se isso funciona para os homens, há que se verificar.

Em todo caso, ao adotá-lo, Benveniste acreditou descobrir o ponto de Arquimedes de uma nova linguística, aquela da fala, isto é, o ponto de balança a partir do qual a língua se converte em discurso. No instante em que esse ponto de enunciação do “eu” é efetivamente assumido por um sujeito falante, devíamos assistir a uma fantástica organização do discurso. O sujeito devia, de qualquer forma, se revelar a ele mesmo. O discurso, em efeito, se ordena a

⁶ Sobre esse ponto, ver meu livro *Le bégaiement des maîtres- Benveniste, Lacan, Lévi-Strauss...*, citado acima.

⁷ As citações que precedem são extraídas da tradução de J. Hyppolite do *Prefácio à Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, publicada em Aubier (Paris, 1966).

partir do momento em que um interlocutor assume se designar por *eu*: o outro interlocutor torna-se instantaneamente um *tu*, aquilo do qual eles falam refere a um *ele*. Graças a esse dispositivo trinitário, essencial ao discurso, se encontram fixados os marcos espaciais e temporais a partir dos quais toda confusão cessa: “aqui” designa o lugar onde *eu* e *tu* falam e “lá” o lugar do mundo onde se situa o objeto do qual eles falam; “agora” se indexa sobre a presente instância do discurso, e permite no mesmo gesto a designação do que é contemporâneo do discurso, do que vem “antes” e do que vem “depois”⁸.

Esse dispositivo trinitário permite tão simplesmente a comunicação intersubjetiva.

Benveniste conduz então ao nível do simples sujeito falante o uso de um “eu” plenamente auto-referencial que era, antigamente, como a ocorrência bíblica o mostra, reservado a Deus. Assim, se encontram fundados os direitos semióticos de um novo sujeito, que é necessário chamar democrático, pois essa autonomia semiótica abre e desemboca em uma autonomia simbólica e jurídica.

Compreendemos assim porque Benveniste rejeita a fórmula de Rimbaud, a famosa ‘Eu sou um outro’ da “Primeira carta do Vidente” (a Georges Izambard, de 13 de maio de 1871). E porque ele vai recusar a Rimbaud o que acabará por conceder a Mallarmé e a Artaud. Poderia ser que, através dessa fórmula, ele entreveja até onde sua própria fórmula, colocando um eu definido por si mesmo, poderia ir: até uma pane efetiva da definição, com um eu faltando no fim das contas a si mesmo na sua definição e aberto por essa razão não à identidade discursiva, mas um “eu” esburacado pela alteridade radical. É essa perspectiva que Benveniste se coloca no dever de rejeitar ao proscreever tão cavalheirescamente a fórmula de Rimbaud: isso “fornece, a expressão típica do que é propriamente a “alienação” mental, em que o eu é destituído da sua identidade constitutiva”⁹. A fórmula de identidade absoluta posta por Benveniste (*é eu que diz eu*) não deve sobretudo encontrar seu próprio limite. É necessário proscreever toda questão sobre esse eu auto-referencialmente definido que poderia se tornar outro. É necessário somente dizer que o eu deve corresponder a ele mesmo para que o discurso deslanche. Se esse ponto de origem não é fixado, nada é possível, se ele é fixado, tudo se torna possível...

Creio que Benveniste realiza um ato político. Com efeito, como a maioria das grandes descobertas em matéria de linguagem, a descoberta de Benveniste, ao lhe permitir fundar as premissas de uma linguística do discurso, é também uma descoberta política. Era verdadeiro, por exemplo, da gramática de Port-Royal na sua relação com o retrato do Rei e com o poder absoluto (ver os trabalhos de Louis Marin)¹⁰. É ainda verdadeira a descoberta de Benveniste

⁸ Eu me permito sobre esse ponto remeter a meus trabalhos sobre o ternário em D-R. Dufour, *Les Mistères de la trinité*, Gallimard, Paris, 1990. (N.T.: A edição brasileira foi publicada em 1998 pela Editora Companhia de Freud).

⁹ BENVENISTE, *Problemas de Linguística Geral I*. Editora Pontes, Campinas, 1988. Nota do Tradutor: Aqui transcrevemos a tradução brasileira.

¹⁰ N.T.: Podemos dizer que Dufour refere-se ao livro *Le portrait du roi*, Louis Marin, Editions Minuit, 1981. No site da Editora Minuit, encontramos a seguinte apresentação da obra: “Essa obra é uma reflexão histórica e filosófica sobre o poder em geral e o poder político em particular quando ele é exercido em seu mais alto grau ao se afirmar absoluto. Decorre daí o tema central do livro: Luis XV ou o rei como monarca ilimitado ou que se representa como tal. O livro tenta responder: como o retrato do príncipe realiza o milagre permanente da transubstanciação de um indivíduo em monarca? Como a representação legítima essa presença na lei de um nome universal e único?” (tradução nossa).

que sobrevém, aliás, logo depois da Segunda Guerra Mundial, isto é após o Shoa, evento evidentemente de grande importância, catastrófico, na história da humanidade e na história do pensamento¹¹. É com efeito um ato político o de definir o sujeito falante por ele mesmo. Isso quer dizer que nenhuma das definições antigas valem mais. Não podemos mais, a partir de agora, definir o sujeito de forma hetero-referencial: as definições de sujeito como sujeito de Deus ou de súdito do Rei ou mesmo de uma instância quase transcendente como o Povo não convém mais depois de terem conduzido à catástrofe nazista da definição pela Raça. A única definição que vale, de agora em diante, é auto-referencial. O sujeito, para se fazer valer como tal, não precisa mais ser autorizado, a não ser por si mesmo. É então exatamente sobre essa revolução política que essa noção linguística toma apoio: com essa nova definição estamos no regime, dito democrático, de plena autonomia simbólica do sujeito.

A questão que eu quero, portanto, colocar é a seguinte. Certamente, estamos com essa fórmula de Benveniste diante da promulgação de novos direitos semióticos de um sujeito falante auto-referencialmente definido, mas, dizendo de forma trivial, isso funciona verdadeiramente? Penso que tudo se trama nessa evicção categórica da fórmula de Rimbaud. Creio que se a houvesse admitido, Benveniste teria simplesmente corrido o risco de que a nova e fantástica organização do discurso e da subjetividade obtida a partir de um “eu” auto-referencial caísse como um castelo de cartas.

Ora, existirá alguém que retomará essa fórmula e a lançará com uma bela violência nesse jogo interlocutório perfeitamente regrado. É Beckett. Tudo se passa como se Beckett estivesse dedicado sistematicamente a explorar o inverso da fórmula benvenistiana e descobrir a falta do sujeito a si mesmo. Com isso quero dizer que as duas obras vivas de Benveniste e de Beckett, precisamente contemporâneas mas de gêneros eminentemente diferentes, formam um conjunto. A hipótese que levanto é que é que essa nova condição prometida por Benveniste que Beckett explorará, sem saber, mas de forma sistemática, ao chegar a todos os impasses.

Em 1946, portanto na época da grande descoberta de Benveniste, alguém que não conhece Benveniste descobre, ao mesmo tempo, a mesma fórmula - *tão próxima* que parece imediatamente que essa fórmula se presta infalivelmente às piores desordens e à loucura - à alienação mental como diria Benveniste. Beckett é, com efeito, o autor de uma memorável fórmula contra-benvenistiana: “eu digo eu sabendo que não sou eu”.¹² E, se isso não é eu, é claramente um outro... Beckett encontra então com essa fórmula o jeito de destrinchar a de Rimbaud, o famoso “eu é um outro”, que Benveniste proscovia absolutamente. Inútil argumentar que o “eu”[je], não é o “eu”[moi] e que Benveniste e Beckett não falam da mesma coisa. Com efeito, de um lado Benveniste toma muito cuidado ao ligar os dois pronomes ao precisar que em “dizendo “eu”, eu não posso não falar de mim”.¹³ De outro lado, o que Beckett coloca em questão, é essencialmente a primeira pessoa sujeito como prova bem essa forte imprecação: “chega dessa puta primeira pessoa no fim”¹⁴, declarará ele após ter longamente

¹¹ Eu me lembro de passagem que esses eventos afetaram Benveniste pessoalmente, pois as medidas antisemitas de Vichy o apanharam e impediram sua educação, assim como outros universitários com Marcel Mauss, Jules Bloch, Isidore Levy...

¹² BECKETT, *L'innommable*, 10/18, Minuit, Paris, 1952, p. 176. (N.T. *O inominável* pode ser encontrado no Brasil em duas traduções: uma da Editora Nova Fronteira e a outra pela Editora Globo).

¹³ BENVENISTE, *Problèmes de linguistique générale I*, Gallimard, Paris, 1966, p. 228.

¹⁴ BECKETT, *L'innommable*, op. Cité, p. 82.

falado do “eu”. Se o “eu” não produz nada, é, então, por que, a despeito do uso da língua e do proferimento da fórmula da auto-referencial, alguma coisa de essencial, que devia funcionar é colocada em suspenso, mesmo em xeque, no acesso à condição subjetiva que essa fórmula deve garantir. E o que devia se realizar não funciona. A questão é de saber porquê. E, para saber, é necessário ler *O inominável*, de onde essa fórmula é tirada.

Aquilo sobre o que Benveniste estaria num impasse remontaria à possibilidade ou não, para o novo sujeito que se apresenta na história, de assumir diretamente uma definição auto-referencial. É precisamente aí, nesse lugar preciso de um impensado benvenistiano, que *O inominável* de Beckett é escrito: vemos aí um sujeito comum, sem procedência, um pequeno sujeito, devendo assumir a fórmula auto-referencial de grandes Sujeitos e isso dá *um sujeito que supostamente não mais sabe quem, onde, quando e quantos ele é*.

Bem longe que o discurso se ponha instantaneamente em ordem como Benveniste o afirmava, o uso de dêiticos, do qual o primeiro entre eles, o *eu*, mergulha aquele que o diz em um imbróglgio subjetivo, um mal-entendido prolongado, um mal-dito incurável, uma confusão irremediável, uma desordem recorrente de que o infeliz narrador de *O inominável* não sairá jamais. Inominável, ele era no início do texto, inominável ele restará a seu final e isso não é falta de ter perseverado no uso do eu que será aliás dado, mais de uma vez, por responsável desse massacre (“Eu. Quem isso?”, p. 73).

Por que então esse caos exatamente aí onde a clareza foi prometida?

O narrador faz uso, portanto, de uma fórmula unária, como o Deus da Bíblia usava de uma fórmula unária, mas isso não retorna sobre o sujeito, e não produz mais que paralogismos e confusões espaciais e temporais irreparáveis. Com a definição unária, não sabemos o que é causa e o que é efeito, não sabemos mais o que vem pela frente em relação ao que vem depois. Não sabemos, de antemão, o que é “aqui” em relação ao que é “lá”. Hegel.

O Inominável se desenrola sobre uma cena de teatro unário, isto é, uma cena onde há uma personagem desdobrada cuja identidade se joga em uma identificação impossível com ele-mesmo. Em outros termos, esse personagem é, ao mesmo tempo, sozinho, pois é um personagem, e não sozinho, pois é *desdobrado*. Estamos em uma história unária de divisão interna do mesmo em que a multiplicação do narrador em vários personagens é o fruto de uma divisão. Essa coincidência incongruente deixa entrever uma estranha zona onde a divisão do sujeito se confunde com a multiplicação de indivíduos. Multitude. Há efeito de crase entre a experiência interior do sujeito e o desdobramento social dos indivíduos: o ser-para-si se perde e se confunde no estar-juntos.

Aqui, o círculo não fecha, o narrador não pode nunca, como ele o diz, “fechar as algemas”. Fechar as algemas para se encontrar com os outros no “parlatório”, isto é, na prisão do presente. Não fecha e não para de rodar, como em certos auto-retratos de Francis Bacon, onde o rosto parece tentar se organizar a partir de um processo giratório situado ao redor do nariz, ou como em certos retratos, aquele de George Dyer de 1966, por exemplo, onde a base do personagem se coloca inteiramente sobre o princípio rotativo de uma cadeira giratória. O narrador de *O inominável* é, como o Narciso de *Metamorfoses*, incapaz de reencontrar-se na

sua imagem.¹⁵ Ele não pode fechar o círculo sobre si mesmo. O tema do fechamento, o enrolamento impossível atravessa, aliás, todo o texto.

A cada turno, um novo personagem escapa, tão bem que o narrador se encontra no dever de gerar uma proliferação de personagens que invadem progressivamente seu discurso.

É bem evidente que o narrador, com tantas criaturas, se perde aí completamente, seja ao tomar-se um instante por elas, seja porque se tomam por ele, seja ainda porque elas se confundem.

Resta que essas criaturas não cessam de assediá-lo para que ele se torne “alguém”: “elas, elas existem como elas persistem a querer que eu, eu o faça.” (p. 57). O objetivo da operação é o de engatar o narrador no discurso: “como se fosse minha voz a mim, dizendo as minhas palavras, palavras me dizendo em vida, pois é aí que elas querem que eu esteja” (p. 71).

Poderíamos, nessas condições, nos perguntar porque o narrador não se cala de uma vez por todas. Em face dessa funesta sorte, o narrador assume três soluções possíveis que aparecem em alternância em todo o texto: falar para se calar, falar para se encontrar e, se nada funcionar, cassar a linguagem.

Não tenho tempo de examinar as duas primeiras soluções, passo diretamente à terceira, extrema e radical. Ela procede da revolta contra o discurso que não restaria mais que utilizar, pois que é fatalidade, mas para destruí-lo: “ter me deixado uma linguagem que imaginam que não poderei nunca usar sem me confessar da sua tribo, bela astúcia. Vou organizá-la, sua algaravia” (p. 55), “eu lhes arranjaréi seu dialeto, depois direi qualquer coisa, tudo o que desejaram, com alegria, durante a eternidade, enfim com filosofia” (p. 56)¹⁶. Já que o narrador não encontra o *eu* a sua conveniência, ele colocará um “olho”, um “eye” (isto é, um “I”¹⁷, certamente, um “eu”) ao acaso no discurso para gozar de sua desorganização: então “saberão o que é-ser um assunto de conversa (...), vou meter-lhes um olho em nalgum lugar ao acaso, como der vontade” (p. 138). Uma vez a linguagem remetida ao que não cessa de ser, uma mistura, um emaranhado, a pulsão falante é desarmada e podemos enfim falar para dizer não importa o que: “e se eu falasse para nada dizer, mas realmente nada” (p. 22).

Se é verdadeiramente, como o pretendo, uma dramaturgia unária que não pode fazer referência unitária que organiza esse texto, deveríamos fazer menção de um corpo fragmentado, em pane diante do significante, diante de uma Gestalt ou uma qualquer imagem ortopédica. E, de fato, por tudo, em *O inominável*, é um corpo fragmentado que se apresenta: nada mais que “cabeças, troncos, braços, pernas e tudo o que se segue” (p. 29). Daí, podemos talvez inferir uma unidade: “é-me portanto possível supor que o perneta manco de ainda há pouco e o tronco com cabeça de peixe onde estou atualmente avariado não constituem senão dois aspectos de um

¹⁵ Thomas Hunckler mostrou que a referência às figuras do mito de Ovídio, Narciso e Eco são centrais nas primeiras obras de Beckett. Cf. Th. Hunckeler, *Echos de l'égo*, L'Hammarttan, Paris, 1998.

¹⁶ N.T. Utilizamos a tradução brasileira de *O inominável*, a saber, a 2ª Edição da Editora Nova Fronteira, Tradutor Waltersir Dutra.

¹⁷ N.T. Aqui o autor revela um jogo de palavra visível em língua inglesa: “I” (‘eu’, em inglês) e “eye” (“olho” em inglês) tem a mesma pronúncia na língua em que Beckett escreve.

mesmo e único envoltório carnal” (p. 64), mas o mais verossímil é que o todo não se junta de outra forma que não seja como monte: “estou cansado de ser matéria, matéria sovada em vão. Ou que fartos de tanto lutar me abandonem, num montão, num montão que não encontre nunca alguém bastante louco, para querer dar-lhe forma” (p. 90).

O que faz da trilogia beckettiana uma das grandes matrizes narrativas da pós-modernidade, é justamente que ela arranja nossa algarvia ao colar o mais perto da nova condição subjetiva, aquela que nasce após a Segunda Guerra Mundial com o sujeito da democracia, auto-referido, liberado de todo terceiro, mas tomado com o paradoxo da auto-fundação, isto é, devendo de agora em diante suportar diretamente o unário. Aí onde Benveniste reconhece e estabelece os novos direitos semióticos desse novo sujeito, Beckett percorre a nova condição trágica. Ele explora, em suma, todos os inconvenientes da morte de Deus. E ele se encontra diante de uma inédita Odisséia onde o sujeito gira indefinidamente em círculos ao correr atrás de si mesmo para se alcançar.

Essa condição explorada pelo narrador beckettiano é a situação genérica do sujeito liberado de todo terceiro, constrangido a assumir de frente a forma unária e reduzido a viver entre melancolia latente e antecipação nos falsos *self*— até mesmo no que chamamos agora o sintoma de personalidades múltiplas (muito à ordem do dia para que um cineasta como David Lynch decida-se explorar do seu jeito). Concebo o sujeito pós-moderno como aquele que é definido pelo novo sofrimento nascido de um uso frontal da forma unária, seja porque o sujeito resta submerso, bloqueado pelo medo do colapso, seja porque ele vai além, encontrando-se muito rapidamente preso em uma personalidade de empréstimo que ele só pode querer mudar o mais rápido possível.

Eu poderia concluir aqui dizendo que o sujeito falante benvenistiano, no centro do discurso, auto-referencialmente ajustado a ele mesmo, e o sujeito beckettiano, falando sem saber do que ele fala, nem onde, nem quando, nem quantos ele é, me parecem, portanto, formar uma dupla como o direito e o avesso do novo sujeito da história, aquele das democracias pós-modernas.

Eu entretanto percebi, desde que eu acreditei encontrar elementos de análise indo nesse sentido¹⁸, que seria necessário adicionar uma nova dimensão na perda do saber e da disposição de si. Ela é, além disso, perceptível na trilogia; o narrador beckettiano não sabe tampouco se localizar na diferença sexual.

Como se apresenta essa perda de saber do sexo no narrador beckettiano? Para saber, é necessário reler essa passagem de Molloy¹⁹ onde o narrador decidiu retornar à casa de sua mãe. Ele não sabe mais onde é, mas mesmo assim ele vai de bicicleta. À medida que ele avança, suas pernas se endurecem e ele deverá aprender a pedalar com uma perna dura enquanto segura sua bengala.

O episódio de que eu quero falar se situa justamente antes do abandono da bicicleta. Com essa bicicleta, ele atropela um cão na estrada, o que o leva, entre outros aborrecimentos, a conhecer sua proprietária, uma denominada Lousse. Lousse tem a expressão tão transtornada

¹⁸ Isto é, desde DUFOUR, D.R., *Folie et démocratie*, Gallimard, Paris, 1996, cf. capítulo X, “De O inominável”.

¹⁹ BECKETT, Molloy, Minuit, Paris, 1951.

pelo desaparecimento de seu fiel companheiro que Molloy decide tentar substituir “o cão” “no seu coração”. Ora, essa proximidade com uma mulher vai conduzi-lo a se interrogar sobre o que laços podem afinal ser tecidos entre os homens e as mulheres. E, sabe-se lá por que motivos, é qualquer coisa como a não-relação sexual que ele conclui. Mas ele descobre também outra coisa escondida na não-relação. Se estamos todos sujeitos à não-relação, qualquer que seja o sexo, então isso não pode querer dizer senão uma coisa: em algum lugar, homens e mulheres se parecem. E, talvez mesmo, mais do que cremos. Ao ponto que todas as mulheres são talvez homens. É assim que antes de deixar Lousse (carregando evidentemente a prataria), ele se perguntará *quem* ela era de fato: “Lousse era uma mulher extraordinariamente chata, de corpo é claro, a tal ponto que me pergunto ainda nesta noite, no silêncio bem relativo da minha última morada, se não era mesmo um homem ou pelo menos um andrógino. Tinha o rosto ligeiramente peludo, ou sou eu que imagino assim, por comodidade narrativa? Eu a vi tão pouco, a infeliz, também olhei tão pouco para ela. E sua voz não era de um grave duvidoso?” Essa interrogação crucial desperta logo a suspeita sobre as outras mulheres que ele conheceu. Molloy se questiona então se essas outras mulheres, elas também, não seriam, na realidade, homens. Ei-lo aqui mobilizando, portanto, suas lembranças amorosas: “Foi ela que me fez conhecer o amor. Era chamada pelo plácido nome de Ruth, acho, mas não posso garantir (...) Tinha um buraco entre as pernas, oh, não o botoque que sempre imaginara, mas uma fenda, e eu metia, ou melhor, ela metia, meu membro viril lá dentro, não sem trabalho, e eu empurrava e me esfalfava até jorrar ou renunciar ou ela me suplicar para desistir. Uma brincadeira idiota a meu ver e ainda mais cansativa, com o tempo. (...) Ela se debruçava sobre o divã, por causa do reumatismo, e eu o enfiava por trás. (...) Talvez tenha me metido no reto, afinal. Para mim isso soberanamente tanto fazia, imaginem vocês.”. Salvo que aqui surge a grande questão: “Mas é o verdadeiro amor, no reto? Aí está o que me aborrece. Nunca teria experimentado o amor, afinal?”. Por essa via, podemos dizer, ressurgente, renovada, a suspeita que, assim, com Ruth, ele talvez encontrou-se diante de um homem: “era uma mulher eminentemente chata também (...) Talvez fosse um homem também, mais um”²⁰.

Certamente, homem ou mulher, isso não muda grande coisa.

Mas a ideia que isso não muda nada não dura muito tempo, pois ela aparece rapidamente como a máscara possível de uma verdade dolorosa e bem dissimulada. Se ele encontra homens aí onde ele crê que se tratava de mulheres, isso se deve talvez também ao fato que as mulheres lhes são interditas: “não posso me impedir de me colocar a questão aqui?” (...) um encontro assim era possível, quero dizer entre uma mulher e eu? Homens, me esfreguei em alguns, mas mulheres?”. Não estou certo de que esse reencontro seja possível pois, diz ele, todas essas mulheres “se confundem na minha memória e que sou tentado a só ver uma única e mesma velhota, achatada e enfurecida pela vida. E Deus me perdoe, por lhes mostrar a essência do meu pavor, a imagem da minha mãe vem às vezes se juntar a delas, o que é literalmente insuportável, de se crer em plena crucificação”.

Se há uma coisa que, entre essas dúvidas abissais, tende mesmo assim a provar que Molloy, ele mesmo, é um homem, é que ele usa uma cantilena bem conhecida, mais ou menos enunciável assim: ele não tem senão uma, minha mamãe, e ela é interdita. Talvez ele não encontre mulheres porque ele já sempre encontrou uma e que o lugar está definitivamente tomado. Para se aproximar de uma outra mulher, ele deveria então passar sobre o corpo de sua mãe. O que é impossível, seja como for. Mas justamente, quanto mais ele está com sua mãe, menos ele está certo de encontrar outras mulheres, e mais ele se encontra preocupado pelo outro

²⁰ Nota do Tradutor: Optamos por transcrever a tradução brasileira da obra. BECKETT, S. Molloy. Tradução Ana Helena Souza. São Paulo: Editora Globo, 2014.

sexo, sabendo que para ele o amor passa por ali, através de um corpo feminino. Ora, o real do sexo do outro não cessa de se esquivar, mesmo após uma análise cuidadosa. Porque Molloy faz o que todos fariam em uma tal circunstância. Ele investiga se – é necessário dizer cruamente – “ela tem” ou não. Ok, talvez ela estava me colocando no reto (...), talvez ele fosse um homem, ainda mais um. Mas nesse caso, nossos testículos não teriam entrecrocado, enquanto nos remexíamos?”. Infelizmente, a conjectura fica sem resposta: é de fato impossível saber o sexo do outro, pois, eu cito “ela tinha os seios apertados na mão, talvez, para evitar mostrá-los”. Molloy duvida portanto irremediavelmente. A pesquisa metódica de provas da feminilidade de Ruth não dá em nada. Ele conheceu talvez o amor e encontrou o outro sexo mas não quis saber. Molloy não pode concluir nada do exame em que geralmente se confirma o sexo do parceiro. Pois cada prova está sujeita a uma contraprova.

O apelo à opinião pública, que deveria compensar a falta de evidência do exame íntimo, é então invocado como um último recurso. Molloy espera, em uma última esperança, que exista ainda assim uma forma de Outro, a asserção comum, que poderia enfim contrabalançar a frágil certeza íntima: “isso deveria ser uma mulher, de qualquer forma, o contrário seria sabido na vizinhança”. Mas justamente, não é isso pedir a confirmação dos que não querem resolver o problema: “E é muitíssimo possível, diz ele, “terem encontrado um homem lá onde deveriam ter encontrado uma mulher fosse logo refutado e esquecido, por aqueles que tivessem a infelicidade de sabê-lo”. Portanto, não podemos sequer nos fiar ao que era o último recurso, a opinião pública, para conhecer o sexo de outro. Pois não há Outro digno desse nome, eu não posso saber do sexo do outro.

Por isso, me afasto claramente aqui da opinião de Alain Badiou que, numa leitura de *Worstward Ho (Cap au pire)*²¹, indica que “para Beckett, a diferenciação de sexos é ao mesmo tempo absolutamente certa, absolutamente impossível de provar”. Segundo Badiou, isso seria simplesmente uma evidência pré-linguagreira para Beckett ou, para dizer de forma husserliana, antipredicativa. É verdade talvez para *Cap au pire* (tenho minhas dúvidas), mas isso não é verdade para a trilogia. E, de fato, se o narrador beckettiano estava tão seguro, ele não teria tido necessidade de pesquisar tão obstinadamente a opinião de outros, até mesmo a opinião pública. De fato, compreendemos o erro de Badiou quando ele escreve o seguinte: “É certo [para Beckett] que há mulher e homem, *no caso, mulher velha e homem velho*”²². Badiou simplesmente concluiu da distinção homem velho/mulher velha a certeza da diferença sexual. Ora, uma não permite inferir a outra. Com efeito, não é porque o narrador beckettiano não está seguro a não ser de duas coisas, seu próprio sexo e o de sua mãe, que ele está seguro do resto. Entre os dois, isto é, para todos os outros indivíduos que se apresentam, quaisquer que sejam, tudo é perfeitamente possível e nada é certo – justamente porque não há Outro em que se fiar. Falta muito, portanto, para que em Beckett, a diferenciação de sexos seja certa. Ela é, ao contrário, extremamente problemática.

O que aparece, com a falta do Outro, é que não somente as categorias simbólicas de espaço, de tempo e de pessoas se desvanecem, mas que o real do sexo igualmente se perde de vista. O sujeito da pós-modernidade seria portanto um sujeito que, em função da falta do Outro, não saberia mais quem, onde, quando, quantos ele é, nem de qual sexo se trata. Um sujeito em lugar nenhum e em toda parte. Claro que falo do sujeito estrutural da pós-modernidade, talvez – deixo

²¹ N.T. Novela escrita por Samuel Beckett em 1983.

²² BADIOU, Alain. *Petit Manuel d'inesthétique*. Seuil, Paris, 1998. Cf. Cap. 9, “Être, existence, pensée: prose et concept”, p. 151-2 (grifos nossos).

essa questão à sua apreciação – retem indivíduos empíricos que poderiam (eventualmente) escapar a essa fatalidade histórica.

Benveniste postulava os direitos semióticos de um novo sujeito falante, libertado de toda transcendência: a “trilogia”, em geral, e *O inominável*, em particular, podem ser considerados como uma maneira radical de colocar à prova esse novo sujeito. O romance de Beckett é, com efeito, legível como um ensaio, no sentido literal de experimentação, da nova condição prometida pelas fórmulas benvenistianas. Longe das novas definições do sujeito falante permitindo a eficácia prometida, elas se voltam diretamente sobre o que é necessário chamar uma nova loucura, pós-teológica, especificamente pós-moderna, uma nova condição trágica, que provavelmente não é sem relação com o que estamos vivendo hoje. Afirmar que, na hora de sua morte, Benveniste fizera uma lista de “grandes linguistas franceses” na qual figuravam dois nomes: Artaud e Mallarmé. Convém atualizar essa lista e fazer nela figurar Beckett. Beckett, como linguista de Benveniste.

Recebido em: 19/02/2021
Aprovado em: 28/04/2021